

V - data de liquidação da venda: 12/3/2026; e
VI - data de liquidação da revenda: 11/6/2026.
2. Na formulação das propostas, limitadas a 3 (três) por instituição, deverão ser informados o percentual, com 4 (quatro) casas decimais, a ser aplicado sobre o fator diário da taxa Selic deduzido de uma unidade e o valor financeiro, em milhares de reais.

3. As propostas deverão ter curso na aba Ofpub/Ofdealer do Selic, opção "Lançamento" do submenu "Operações Compromissadas".

4. O resultado será apurado pelo critério de percentual único, acatando-se todas as propostas com percentual igual ou inferior ao percentual máximo aceito pelo Banco Central do Brasil, o qual será aplicado a todas as propostas vencedoras.

5. A instituição com proposta aceita deverá informar ao Demab, até as 16:00 horas de 11/3/2026, o vencimento e o valor financeiro de cada um dos títulos objeto de sua compra, utilizando o módulo "Lastro" do Selic.

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

$$PU_{revenda} = PU_{venda} \times \prod_{k=1}^n \left\{ \left[\frac{(fk-1) \times S}{100} + 1 \right] - CJ1 \times \prod_{k=1}^m \left[\frac{(fk-1) \times S}{100} + 1 \right] - CJ2 \times \prod_{k=1}^q \left[\frac{(fk-1) \times S}{100} + 1 \right] \right\}$$

em que:

I - PU_{revenda} corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - PU_{venda} corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - CJ1 corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - CJ2 corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e
X - P corresponde ao produtivo.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "CJ1" e "CJ2" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

ANDRÉ DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2026 - UASG 370003

Número do Contrato: 8/2022.

Nº Processo: 00190.103510/2022-61.

Pregão. Nº 10/2020. Contratante: COORD-GERAL DE LICITACAO, CONTR. E DOCUMENTACAO. Contratado: 08.220.952/0001-22 - RCS TECNOLOGIA S/A. Objeto: O presente termo aditivo tem por objetos: repactuar o valor mensal do contrato, em decorrência homologação da Convenção Coletiva de Trabalho DF000663/2025 e de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato, com efeitos financeiros a contar de 1º/05/2025; Reajustar o valor dos uniformes em 4,68081%, com base no IPCA, conforme Item 18.12 do Termo de Referência, com efeitos financeiros a contar de 12/11/2025; Revisar os valores contratuais, com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea "d", e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993, em razão da concessão de equilíbrio econômico-financeiro, decorrente da reatuação gradual da folha de pagamentos, promovida pela Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, com efeitos financeiros a contar de 1º/01/2026. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 222.537,49. Data de Assinatura: 11/03/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 11/03/2026).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2026 - UASG 370003

Número do Contrato: 14/2025.

Nº Processo: 00190.101234/2025-40.

Contratante: COORD-GERAL DE LICITACAO, CONTR. E DOCUMENTACAO. Contratado: 16.650.774/0001-06 - ALFA & OMEGA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA. Objeto: Repactuação do valor mensal do contrato com base na convenção coletiva de trabalho - df000026/2026, cláusula sétima do contrato, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2026. Revisão das alíquotas de PIS e COFINS a contar de 1º de janeiro de 2026, consoante previsão na orientação nº 19 da secretária de gestão aos órgãos e entidades integrantes do sistema de serviços gerais - sisg, fundamentada na legislação que rege a não cumulatividade do PIS e da COFINS, leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003. Valor do Apostilamento: R\$ 64.153,64 Data de Assinatura: 06/03/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 06/03/2026).

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 2/2024 CNMP/MPMG
Processo: 19.00.4006.0000815/2024-72. Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica 2/2024, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para parceria em projetos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais. Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidades: a) a prorrogação do prazo de vigência do Acordo referido no preâmbulo, por 02 (dois) anos, com término em 20/03/2028; b) incluir o novo Plano de Trabalho, que passará a integrar o presente Termo Aditivo, e ao qual aderem e comprometem-se a desenvolver os signatários dos termos de adesão, no qual constarão as atividades a serem executadas, cumprindo a exigência prevista no art. 184-A, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021. Data de assinatura: 11 de março de 2026. Signatários: Paulo Gustavo Gonet Branco, Procurador-Geral da República e Presidente do CNMP; Paulo de Tarso Moraes Filho, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE CONVÊNIO

Procuradoria-Geral de Justiça

Espécie: Convênio n.º 001/2025. SEI MPDFT nº 19.04.3670.0105654/2024-14. Partícipes: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, CNPJ: 26.989.715/0002-93; CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CNPJ: 11.439.520/0001-11; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), CNPJ: 37.115.375/0001-07; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), CNPJ: 03.353.358/0001-96; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), CNPJ: 26.989.715/0001-78; Ministério Público do Trabalho (MPT), CNPJ: 26.989.715/0001-02; MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR - MPML, CNPJ: 26.989.715/0004-55; CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS (CNPAG), CNPJ: 07.452.511/0001-93; Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União (CNPOMP), CNPJ: 25.367.153/0001-00; Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), CNPJ: 02.322.438/0001-11; Ministério Público do Estado do Acre - MPAC, CNPJ: 04.034.450/0001-56; Ministério Público do Estado de Alagoas - MPAL, CNPJ: 12.472.734/0001-52; Ministério Público do Estado do Amapá - MPAP, CNPJ: 34.869.354/0001-99; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - MPAM, CNPJ: 04.153.748/0001-85; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA, CNPJ: 04.142.491/0001-66; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ - MPCE, CNPJ: 06.928.790/0001-56; Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, CNPJ: 02.304.470/0001-74; Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO, CNPJ: 01.409.598/0001-30; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - MPMA, CNPJ: 05.483.912/0001-85; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO - MPMT, CNPJ: 14.921.092/0001-57; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - MPMS, CNPJ: 05.340.639/0001-37; MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS - MPMG, CNPJ: 20.971.057/0001-45; Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, CNPJ: 05.054.960/0001-58; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPPR, CNPJ: 78.206.307/0001-30; Ministério Público de Pernambuco - MPPE, CNPJ: 11.233.150/0001-09; Ministério Público do Estado do Piauí - MPPI, CNPJ: 05.805.924/0001-89; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MPRJ, CNPJ: 28.305.936/0001-40; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - MPRN, CNPJ: 08.539.710/0001-04; Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO), CNPJ: 04.381.083/0001-67; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - MPSC, CNPJ: 76.276.849/0001-54; Ministério Público do Estado de Sergipe - MPSE, CNPJ: 13.168.687/0001-10; e Ministério Público do Estado do Tocantins - MPTO, CNPJ: 01.786.078/0001-46. Objeto: Fortalecer a cooperação interinstitucional para a prevenção e gestão de desastres socioambientais de todos os órgãos e entidades envolvidas. Vigência: 19/5/2025 a 18/5/2035. Signatários: MPDFT: GEORGES CARLOS FREDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça; CNMP: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Presidente; MMA: MARINA SILVA, Ministra; MIDR: WALDEZ GÓZ, Ministro; MPF: PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, Procurador-Geral da República; MPT: JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA, Procurador-Geral do Trabalho; MPMG: ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, Procurador-Geral de Justiça Militar; CNPJ: JARBAS SOARES JÚNIOR, Presidente; CNOMP: JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA, Presidente; ABRAMPA: ALEXANDRE GAIO, Presidente; MPAC: DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO, Procurador-Geral de Justiça; MPAL: LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, Procurador-Geral de Justiça; MPAM: PAULO CELSO RAMOS DOS SANTOS, Procurador-Geral de Justiça; MPAP: LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE, Procuradora-Geral de Justiça; MPBA: PEDRO MAIA SOUZA MARQUES, Procurador-Geral de Justiça; MPCE: HALEY DE CARVALHO FILHO, Procurador-Geral de Justiça; MPES: FRANCISCO MARTINEZ BERDEAL, Procurador-Geral de Justiça; MPGO: CYRO TERRA PERES, Procurador-Geral de Justiça; MPMA: DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA, Procurador-Geral de Justiça; MPMT: DEOSDETE CRUZ JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça; MPMS: ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça; MPMG: PAULO DE TARSO MORAIS FILHO, Procurador-Geral de Justiça; MPPA: CÉSAR BECHARA NADER MATTIA JÚNIOR, Procurador-Geral de Justiça; MPPR: FRANCISCO ZANICOTTI, Procurador-Geral de Justiça; MPPE: MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO, Procurador-Geral de Justiça; MPPI: CLEANDRO ALVES DE MOURA, Procurador-Geral de Justiça; MPRJ: LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA, Procurador-Geral de Justiça; MPRN: ELAINE CARDOSO DE MATOS NOVAIS TEIXEIRA, Procurador-Geral de Justiça; MPRO: IVANILDO DE OLIVEIRA, Procurador-Geral de Justiça; MPSC: FÁBIO DE SOUZA TRAJANO, Procurador-Geral de Justiça; MPSE: MANOEL CABRAL MACHADO NETO, Procurador-Geral de Justiça; MPTO: LUCIANO CESAR CASAROTTI, Procurador-Geral de Justiça. Data de assinatura: 19/5/2025.

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e/ou mensagem eletrônica, fica o(a) Sr(a) LUCIMAR XAVIER DA SILVA, CPF XXX.432.751-XX comunicado do arquivamento promovido nos autos do PJe 0706769-65.2024.8.07.0003. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 11 de março de 2026.

TATIANA ALBUQUERQUE DE CARVALHO MESQUITA
Promotora de Justiça

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr. ALEX FARIAS MOÇA, CPF xxx.438.122-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do PJe 0739345-83.2025.8.07.0001. Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 11 de março de 2026.

CAROLINA REBELO SOARES
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de Cooperação Técnica entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Secretaria-Geral do MPF, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. OBJETO: intercâmbio de tecnologias, conhecimentos e bases de dados entre os Partícipes. ASSINATURA: 5/03/2026. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, improrrogáveis, contados a partir do dia 31.03.2026 ASSINAM: ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO, Secretária-Geral e ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça.



PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por intermédio da PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO e a ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO - ASPEUR. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 ANOS(S). DATA E ASSINATURA: 09/03/2026. (Cristianna Dutra Brunelli Nácui, Procuradora Chefe Adjunta e Carla Lanzer, Coordenadora) Processo Administrativo (1.04.000.000268/2025-11).

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL por intermédio da PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL - UERGS. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 ANOS(S). DATA E ASSINATURA: 09/03/2026. (Cristianna Dutra Brunelli Nácui, Procuradora Chefe Adjunta e Leonardo Alvim Beroldt da Silva, Reitor) Processo Administrativo (1.04.000.000272/2025-71).

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1/2026

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL vem, tendo em vista a notificada encontrar-se em local incerto e não sabido, nos termos da decisão proferida pela Secretária Estadual da Procuradoria da República no Amazonas e com fundamento no art. 44, §6º, da Portaria PGR/MPU n. 178, de 13 de Setembro de 2023, NOTIFICAR o representante legal da empresa R. B. FRANCISCO LTDA, CNPJ nº 41.266.871/0001-39, sobre a autuação do processo administrativo nº 1.13.000.002575/2024-39, instaurado para apurar possível inexecução total da ARP nº 02/2024 da Procuradoria da República no Estado do Amazonas.

A notificada deverá apresentar DEFESA PRÉVIA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Edital, e especificar as provas que pretenda produzir. A defesa deverá ser dirigida à Comissão de Apuração de Responsabilidade, via do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF, disponível o endereço "https://www.mpf.mp.br/mpfservicos" - Menu Petição e Assinaturas. vinculado ao PGEA nº 1.13.000.002575/2024-39.

Os autos encontram-se à disposição para consulta no anexo da Procuradoria da República no Amazonas, situado na Rua Salvador, 464 - Adrianópolis, Manaus - AM. O procedimento seguirá os trâmites estabelecidos na Portaria PGR/MPU n. 178/2023, na forma eletrônica e o processo seguirá seu curso independentemente da apresentação da defesa.

RADAMERES GOMES BARBOSA
RODRIGO DE CASTRO BANDEIRA COSTA
MARCUS VINICIUS SANTANA LIMA
Comissão de Apuração de Responsabilidade

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS e a UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos. DATA E ASSINATURA: 09/03/2026. LUÍS EDUARDO PIMENTEL VIEIRA ARAÚJO, Procurador-Chefe da PR/AM e GUSTAVO ALVES PIRES, representante legal da Instituição de Ensino. Processo Administrativo 1.13.000.000709/2026-49.

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos. DATA E ASSINATURA: 09/03/2026. LUÍS EDUARDO PIMENTEL VIEIRA ARAÚJO, Procurador-Chefe da PR/AM e SILVIA CRISTINA CONDE NOGUEIRA, Pró-Reitora de Ensino de Graduação. Processo Administrativo 1.13.000.000148/2021-73.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 1/2026

O Presidente da Subcomissão Permanente de Gestão do Patrimônio Documental - SUB-GPAD da Procuradoria da República em Mato Grosso (PR-MT), designado pela Portaria nº 76, de 9 de abril de 2018, publicada no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal - DMPF-e, de 12 de abril de 2018, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos (PR-MT-00059202/2024) faz saber a quem possa interessar que a partir do 45º (quadragésimo quinto) dia subsequente da data de publicação deste Edital no Diário Oficial da União - DOU e no DMPF-e, se não houver oposição, a PR-MT eliminará eliminará (118,65 metros lineares) dos documentos relativos a Abastecimento, limpeza, manutenção, reparo, Tramitação de Correspondência, Pedidos, oferecimentos e informações diversas, Guia de Remessa de Processo, Controle de uso de Veículos, Conta Única (inclusive assinaturas autorizadas e extratos de contas, Comunicados e Informes, Candidatos a Cargo e Emprego Públicos: Inscrição e Curriculum Vitae do período (1987 - 2015).

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do procedimento, mediante petição contendo a respectiva qualificação, dirigida ao Procurador-chefe da PR-MT.

Em 10 de março de 2026

NOLLON DENIZARD HAUSEN DE OLIVEIRA E ANTONIO DA COSTA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ e o CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO PARNAÍBA - CESVALE. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 (cinco) ANOS(S). DATA E ASSINATURA: 09/03/2026. MARCO AURÉLIO ALVES ADÃO, Procurador-Chefe da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ, LEONARDO AIRTON PESSOA SOARES, Diretor Geral do CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO PARNAÍBA - CESVALE. Processo Administrativo 1.27.000.000449/2026-16.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 62/2016
ESPÉCIE: 8º Termo Aditivo ao Contrato Nº 62/2016; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.017.000248/2015-42; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: ZIPPER ADMINISTRAÇÃO LTDA; CNPJ: 11.505.857/0001-80; OBJETO: Este Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Nona - Vigência e Prorrogação, do Contrato Originário; VIGÊNCIA: 15/03/2026 a 14/07/2026; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: PRISCILA VANNUCHI; DATA DA ASSINATURA: 10/03/2026.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIENTES: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE e o CENTRO UNIVERSITÁRIO PIO DÉCIMO - UNIPIO. OBJETO: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. VIGÊNCIA: 5 ANOS. DATA E ASSINATURA: 06/03/2026. REPRESENTANTES: Eunice Andrade Dantas, Procuradora-chefe e Antônio Thiers Vieira Almeida dos Santos, Reitor. Processo Administrativo 1.35.000.000168/2026-91.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
SECRETARIA DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Notificação Administrativa - PAR nº 09/2025-MPM

O Diretor-Geral da Secretaria da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, no uso das atribuições regimentais e das competências delegadas pelas Portarias PGJM nº 290, de 5 de dezembro de 2013, e nº 96, de 15 de abril de 2024, considerando o disposto no artigo 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com o art. 44, §6º, da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023, NOTIFICA a empresa W V SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 42.129.716/0001-33, acerca da instauração do Processo de Apuração de Responsabilidade (PAR) nº 09/2025-MPM - Despacho nº 2906/DG/MPM, de 10 de fevereiro de 2026, constante do Processo Administrativo 19.03.0000.0003856/2025-66, por não manter a proposta apresentada no certame constante do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.004/2025. A empresa poderá apresentar defesa preliminar da decisão no prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, preferencialmente por meio do endereço eletrônico dg.comissaoar@mpm.mp.br, ou via postal, aos cuidados da Comissão Processante dos Processos de Apuração de Responsabilidade (CPPAR) no seguinte endereço: Procuradoria-Geral de Justiça Militar - Setor de Embaixadas Norte, Quadra 801, lote 43 - Brasília/DF - CEP 70.800-921. A contratada poderá solicitar acesso aos autos do processo eletrônico por meio do e-mail indicado. A não apresentação de recurso no prazo estipulado implicará o prosseguimento do processo à revelia nos moldes da Portaria PGR/MPU nº 178/2023.

ANTÔNIO CARLOS ALVES COUTINHO
Diretor-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 9912601482 (PRT4 nº 02/2023); Contratante: União Federal, por intermédio do Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região; Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inscrita no CNPJ sob nº 34.028.316/0026-61; Objeto: prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, de 27/03/2026 até 27/03/2027. Local e data da assinatura: Porto Alegre, 11 de março de 2026. Pela Contratante: Antônio Bernardo Santos Pereira, Procurador-Chefe; Pela Contratada: Vanessa Bernardo da Silva e Leina Brasil Quadros, representantes legais. Processo nº 20.02.0400.0000237/2026-23.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA AGED-MA/PRT16 Nº 30/2025

PARTÍCIPES: Ministério Público do Trabalho - MPT, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região - PRT16, CNPJ 26.989.715/0047-95, e a AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO - AGED-MA, CNPJ 05.057.657/0001-09. OBJETO: Formalizar a conjugação de esforços entre os participantes, no sentido de viabilizar o acesso a sistemas e o intercâmbio de informações de interesse institucional recíproco, bem como operacionalizar as atividades de defesa e inspeção sanitária animal e vegetal, assegurando a oferta de produtos de qualidade, contribuindo para a preservação da saúde pública e do meio ambiente e melhoria da vida da população. VIGÊNCIA: 04 (quatro) anos, a contar da data de assinatura. DATA DE ASSINATURA: 06 de março de 2026. ASSINAM: Pela PRT16, o Procurador-Chefe, Rafael Mondego Figueiredo, e, pela AGED/MA, o Presidente, Wellington Reis Sousa.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO N. 2191/2023. Credenciários: União Federal por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA NOROESTE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - AANAS, CNPJ nº 52.180.905/0002-75. Objeto: Alterar o Representante Legal da empresa credenciada. Assinatura: 10/03/2026 - pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAÚJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado VINICIUS GONCALVES MIRANDA (Diretor Financeiro). Processo nº 1.13.000.000497/2023-57.

Tribunal de Contas da União

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União e as Organizações da Sociedade Civil SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia; Geledés - Instituto da Mulher Negra; e Criola, com objetivo de promover ações que visam ampliar os espaços e a efetividade de iniciativas de participação das organizações de promoção dos direitos das mulheres, no âmbito do controle externo a cargo do TCU; b) Processo: TC 003.620/2026-3; c) Objeto: Estabelecer cooperação técnica entre o TCU, o SOS Corpo, o Geledés e a Criola para promover ações que visam ampliar os espaços e a efetividade de iniciativas de participação das organizações de promoção dos direitos das mulheres, com foco na superação das

